

**ILEGALIDADE E CORRUPÇÃO NO BRASIL DA ÚLTIMA DÉCADA.
O LAMENTÁVEL FIM DE (APENAS) UM PROJETO DE ESQUERDA?**

Raúl Enrique ROJO

raulrojo@ufrgs.br

Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Brasil

RESUMO

Hoje no Brasil ninguém questiona (nem sequer desde o Partido dos Trabalhadores) que se fale de corrupção quando se evoca o período em que governou essa formação política. E não apenas como uma questão teórico-abstrata, mas como um autêntico produto da atual realidade, que se erige em gravíssimo problema político. Não é possível que limitemos o financiamento ilegal dos partidos políticos da base de sustentação do governo a uma casuística de indelicadezas, deixando de lado toda sua significação. Pelo contrário, a relevância qualitativa e a extensão do caso lhe conferem dimensões sistêmicas que fazem dele um fator determinante e a expressão de uma realidade global de ilegalidade. Porque o corrupto-corruptor aparece como o agente central da cotidiana renovação do contrato social em ato. E, no suposto do financiamento ilegal, não é que o PT se tenha convertido, através de seus gestores, num transgressor ocasional, excepcionalmente persuasivo para terceiros contratantes dada sua posição de vantagem. É o financiamento ilegal o que se constituiu, de fato, num sistemático modo de captar recursos, um estilo de vida que deslocou ao âmbito da ilegalidade a obtenção dos meios necessários para conservar o poder real do partido. Porque a chave do poder e do governo partidário a tinha quem dispunha dos instrumentos financeiros capazes de garantir um acesso efetivo aos meios de criação de opinião e de propaganda, sem os quais não se ganham as eleições. A eficácia corruptora dos *modi operandi* não podia ser maior já que os processos aludidos têm pervertido pautas institucionais, patrimonializaram parcelas de poder, distraíram recursos públicos, repercutiram sobre o preço da obra pública, propiciaram atividades depredadoras daqueles que fizeram o trabalho sujo, aviltaram a política e, por fim, acabaram por desmoralizar a cidadania. Dá-se por acréscimo uma particularidade relevante: o mais vicejante do apontado quadro se configurou durante o governo de um partido popular que se dizia de esquerda, que chegou ao poder com um ambicioso programa de reformas animado pelo propósito de fazer compatíveis ética e política e que baseou seu discurso histórico na afirmação de que não era “um partido como os outros”, quer dizer, que estava além do apetite do poder pessoal e dos tráficos ilícitos que caracterizariam os partidos *burgueses* e seus caciques. Assim sendo, teria que interpretar-se o sucedido como o fracasso de apenas *um* projeto populista de esquerda, ou *do* projeto de esquerda *tout court*? Instintivamente, por sensibilidade política arraigada, o autor se apressaria a negar esta segunda possibilidade, mas acredita que vale a pena debater a existência de boas razões para esperar que assim seja.

Palavras chave

Ilegalidade e corrupção. Esquerda populista. Brasil.

ABSTRACT

In nowadays' Brazil nobody quarrels (not even from inside the Workers' Party) that one should talk about corruption while approaching the period ruled by such political group. Not only as an abstract-theoretical issue, but as an authentic outcome of the current reality, which raises as a capital political problem. It is not possible to limit illegal funding of those political parties supporting the government, as a casuistry of rudeness, leaving aside its full meaning. Conversely, qualitative relevance and the extension of the case give it systemic dimensions, thus making it determinant and an expression of a global reality of illegality. Because the corrupt and the briber appear as major players of the everyday ongoing renewal of the social contract. It does not mean that, assuming illegal funding, the Workers' Party (PT) turned itself, through its managers, into an occasional offender, exceptionally persuasive to third contracting parties, given its advantageous position. Illegal funding became, as a matter of fact, a systematic way of fundraising, a lifestyle that displaced, to outlaw realms, the practice of raising the necessary means to keep the real power of the party. Because the key of the power and the partisan government was possessed by those who could afford the proper financial tools to grant an effective access to the means for building the opinion, and the propaganda, without which elections cannot be won. The corruptor efficacy of the *modus operandi* could not be stronger, since said processes have perverted institutional agendas; have privately appropriated shares of the public power; have embezzled public resources; have impacted the cost of public works; have made possible the activities of those who made the dirty work; have degraded the politics; and, finally, have demoralized the citizenship. In addition, a major particularity takes place: the most blooming feature within this highlighted frame was set during the rule of a self-proclaimed leftwing popular party, which came to power with an ambitious agenda of reforms cheered by the goal of making politics and ethics compatible; and which based its historical discourse affirming not being "a party like the others", meaning, being beyond the appetite for individual power and illegal traffic, which have long characterized bourgeois parties and their big bosses. Thus, should one interpret what happened as the failure of a single leftist-populist project; or as the failure of the leftwing project as a whole? Instinctively, due to his rooted political sensibility, the author dares to deny the second possibility; yet he believes it is worthy to argue that there are enough reasons to hope this guesses are true.

Keywords

Illegality and corruption. Populist leftwing. Brazil.

Introdução

Hoje no Brasil ninguém questiona (nem sequer desde o Partido dos Trabalhadores) que se fale de corrupção quando se evoca o período em que governou essa formação política. E não apenas como uma questão teórico-abstrata, mas como um autêntico produto da atual realidade, que se erige em gravíssimo problema político. Por outra parte, interessa destacar que, paradoxalmente, a mãe de todas as corrupções, a representada pelo financiamento ilegal dos partidos políticos, com todos os efeitos perversos que dele se derivam para a dinâmica do Estado de Democrático de Direito, nasceu precisamente com o restabelecimento da democracia, que fez possível sua existência legal, mas também a ilegalidade no seu funcionamento. Com certeza, não é possível limitar o financiamento ilegal dos partidos políticos que integraram a base dos governos do Partido dos Trabalhadores (PT) a uma casuística de indelicadezas, deixando de lado toda a sua significação. Pelo contrário, a relevância qualitativa e a extensão do caso lhe conferem dimensões sistêmicas que fazem dele um fator determinante e a expressão de uma realidade global de ilegalidade. Porque o corrupto-corruptor aparece nela como o agente central da quotidiana renovação do contrato social em ato. E, no suposto do financiamento ilegal, não é que o Partido dos Trabalhadores (PT) se tenha convertido, através de seus gestores, num transgressor ocasional, excepcionalmente persuasivo para terceiros contratantes dada a posição de vantagem que lhe dava sua condição de “sócio maior” das coalizões governantes. É o financiamento ilegal o que se constituiu, de fato, num sistemático modo de captar recursos, um estilo de vida que deslocou ao âmbito da ilegalidade a obtenção dos meios necessários para conservar o poder real do partido. Porque nisto também não cabe enganar-se: a chave do poder e do governo partidário a tinha quem dispunha dos instrumentos financeiros capazes de garantir um acesso efetivo aos meios de criação de opinião e de propaganda sem os quais não se ganham as eleições.

Por isso, quando a corrupção alcançou o âmago do sistema político, dificilmente poderia deixar de irradiar dentro dele em todas as direções. A eficácia corruptora dos *modi operandi* não podia ser maior já que os processos aludidos têm pervertido pautas institucionais, patrimonializaram parcelas de poder, distraíram recursos públicos, repercutiram sobre o preço da obra pública, propiciaram as atividades depredadoras de aqueles que fizeram o trabalho sujo, aviltaram a política e, por fim, acabaram por desmoralizar a cidadania.

Dá-se por acréscimo uma particularidade relevante: o mais vicejante do apontado quadro se configurou durante o governo de um partido popular que se dizia de esquerda, que chegou ao poder com um ambicioso programa de reformas animado pelo declarado propósito de fazer compatíveis ética e política, e que baseou seu discurso histórico na afirmação de que não era “um partido como os outros”, quer dizer, que estava além do apetite pessoal e dos tráficos ilícitos que caracterizariam os partidos *burgueses* e seus caciques. É certo que, no exercício do poder o PT atraiu para sua coalizão de governo alguns sócios muito pouco recomendáveis desde o ponto de vista ético, a saber, o Partido Progressista (PP) de direita, e o Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), de centro-direita¹. Mas destes e de seus *pró-homens* só podia esperar-se o que finalmente deram: fisiologismo² deslavado. Distintas eram, por contra, as expectativas criadas em torno do PT.

A Operação “Lava-jato”

Em 17 de março de 2014, menos de nove meses antes do fim do primeiro mandato presidencial de Dilma Rousseff – o terceiro conseguido de seguida pelo Partido dos Trabalhadores – se fizeram públicas as primeiras constatações de diversos ilícitos (quase anódinos nessa época) cometidos por quatro organizações criminosas dirigidas por operadores do mercado paralelo de câmbio (*doleiros*). Mesmo se pouco depois o Ministério Público começou a recolher as provas de um vasto sistema de corrupção, ninguém teria previsto então que ao longo dos meses este caso se converteria no mais grave escândalo do regime e que acabaria por comover à opinião pública a raiz de seu caráter imoral, das quantias astronômicas de dinheiro em jogo e da identidade dos indivíduos comprometidos. Falamos da operação que respondia já ao codinome de *Lava-jato*, que lhe foi atribuído pela Polícia Federal porque o branqueamento de capitais descoberto nos começos da investigação teria sido dissimulado pela compra de postos de gasolina e pontos de lavagem de carros com jato de alta pressão.

A investigação prosseguiu, uma pista levou a outra e o escândalo tomou proporções gigantescas revelando um caso de corrupção e de propinas de um volume superior aos 6 bilhões de dólares. A trama criminal foi concebida em detrimento de numerosas

¹ Cujo candidato à vice-presidência da República, Michel Temer, integrou a fórmula presidencial vitoriosa nas eleições presidenciais de 2009 e 2013, nas que se impôs a *petista* Dilma Rousseff.

² Valemos-nos aqui conscientemente do termo *fisiologismo* comumente utilizado pelos brasileiros para se referir à conduta e práticas de certos representantes políticos que preferem satisfazer interesses pessoais ou partidários em detrimento do bem comum.

empresas estatais, notadamente da petroleira *Petrobrás* (o que tem permitido dar-lhe também o nome genérico de *Petrolão*). Participaram destas intrigas ademais de alguns dos mais importantes dirigentes das sociedades lesadas, aqueles das principais empreiteiras do país e políticos dos três principais partidos da situação na época: o PT, o PMDB e o PP. O fim comprovado não era outro que encher os cofres desses partidos, enriquecendo certamente de passagem os instigadores das negociatas, assim como numerosas figuras políticas de primeiro plano (como os presidentes da Câmara de Deputados e do Senado, outros legisladores, governadores, ministros e até três ex Presidentes da República³, ademais – hoje se sabe – de quem era ainda a Chefe de Estado, Dilma Rousseff). Finalmente, o escândalo sofreu uma reviravolta quando veio a conhecimento que o dinheiro sujo da corrupção teria também financiado as campanhas eleitorais do ex-presidente Lula da Silva e de Dilma Rousseff (reeleita *in extremis* em dezembro de 2014, submetida pouco tempo depois ao procedimento de impeachment e destituída em 31 de agosto de 2016).

É importante que se diga que a mídia cumpriu um papel essencial na revelação da trama criminal, amplificando as denúncias de alguns políticos da oposição dessa época, mas, sobretudo, construindo um discurso apaixonante (e bem construído) das maquinações subjacentes (Rojo, 2017). Simultaneamente, um Ministério Público independente e uma Polícia Federal excepcionalmente diligente denunciaram os responsáveis, cujo número aumentava a medida que as línguas de alguns inculpadados chave se soltavam para reivindicar o status de *colaboradores* e aproveitar as vantagens da *delação premiada*. Mais de cinquenta membros da elite política e econômica do Brasil começou desta sorte a ser processada e encarcerada por um juiz (Sergio Moro), que tinha assumido plenamente seu papel institucional, convertendo-se assim, para numerosos compatriotas seus na consciência moral da nação (Hasselmann, 2016; Netto, 2016, Scarpino, 2016). Foi posta em marcha, assim, uma espécie de Operação *Mani Pulite* à brasileira (Guimarães, 2016), repercutindo as demandas de setores crescentes da população, que saíram às ruas de um país que até então não se tinha distinguido pela defesa sem concessões da moralidade pública. A informação que a mídia difundia permitia contradizer o que a opinião pública acreditava saber a propósito de certos indivíduos e instituições, enquanto o fenômeno midiático cobrava um alcance

³ Nos referimos a Fernando Collor de Mello, José Sarney e Luiz Inácio Lula da Silva.

absolutamente novo pondo de ressaltar a duplicidade dos comportamentos partidaristas da base do governo. E os cidadãos se sentiram (por uma vez) ofendidos e irados.

Numerosas manifestações, convocadas através das redes sociais por agrupamentos da sociedade civil, foram assim desenvolvendo-se durante todo o ano 2015 e os cinco primeiros meses de 2016, reunindo multidões em todas as capitais e principais cidades do Brasil, enquanto *concertos de painéis* mais ou menos espontâneos acompanhavam as intervenções na televisão da Presidente e de algum de seus ministros, quando eles tentaram banalizar posteriormente a situação (Bucci, 2016).

Pior ainda: o impeachment da Presidente Dilma era não só exigido pelos manifestantes, mas também formalmente solicitado pelos partidos de oposição na Câmara dos Deputados, cujo presidente deslanchou então o procedimento previsto pela lei para a acusação nessa instância da titular do Executivo. Processo que foi retransmitido pelas emissoras de televisão da Justiça e de ambas as Casas do Congresso.

O que tinha começado como um simples caso de apropriação indevida de fundos públicos, aventado num tribunal federal do estado de Paraná, se converteu no pântano no qual se afundaram o Partido dos Trabalhadores, seus aliados, seus dirigentes e principais representantes, incluindo a Presidente Dilma Rousseff (que foi suspensa provisoriamente de suas funções pelo Senado, durante o processo destinado a estabelecer sua culpabilidade, antes de ser finalmente destituída) e seu mentor e criador, Lula. Porque enquanto isso, seis acusações foram retidas contra o ex-presidente: lavagem de dinheiro (noventa e quatro vezes), corrupção passiva (nove vezes), tráfico de influência (três vezes), obstrução de justiça, falsidade ideológica e organização criminosa, sendo já condenado em primeira instância num dos processos por corrupção a nove anos e meio de prisão, o duplo de inabilitação para ocupar cargos públicos e multa. Aquele que foi considerado como o homem político mais popular do país empresta hoje sua imagem a um enorme boneco inflável com roupas de presidiário, presente em todas as passeatas de seus oponentes. A sorte final de sua pessoa (e do culto a ela), seu apogeu e queda parecem simbolizar o fim de uma era, de uma forma de fazer política e de um projeto de poder pessoal.

Nem democrático nem de esquerda

Assim sendo, deveria interpretar-se o sucedido como o fracasso de *apenas um* projeto populista (que se dizia) de esquerda ou *do* projeto de esquerda democrática no Brasil *tout court*? Se tivéssemos que movermos no horizonte semântico dos condutores

da “guinada petista”, deveríamos ficar com a segunda hipótese, já que para eles o seu projeto não era uma construção teórica mais, senão, de fato, um projeto de significação histórica: o *projeto* de esquerda para o Brasil. Não devemos enganar-nos, porém: é evidente que se pecou de um excesso de substantivação e de entusiasmo não só quando se adjetivou aquele desenho como tendencialmente socialista, mas também como democrático e popular, sugerindo a ideia de um ponto de chegada que reuniria condições e virtudes das que carecia na prática.

Pensamos, pelo contrário, que o projeto político que o PT pôs em marcha durante os dois governos do presidente Lula da Silva e de sua sucessora e ungida Dilma Rousseff não era um projeto democrático nem muito menos tendencialmente socialista ou sequer de esquerda. Vejamos o porquê.

Este projeto foi o resultado da conjunção de uma proposta de liderança a escala nacional (e ainda regional) de um Lula que pretendeu alcançar estatura de estadista, e duma forma de governabilidade política, muito mais que um projeto de desenvolvimento para o país (Ricci, 2010). Resultou da fusão que se produz entre o poder da burocracia partidária *petista* (que se apropriou do controle das campanhas eleitorais, da agenda dos candidatos, da linha de marketing político e da publicidade – assim como do dinheiro destinado a uma e outra) e o poder do saber técnico (representado por assessores de diversas áreas – economia, ciência política, sociologia e comunicação) que se uniram por trás de Lula, levaram-no ao governo e a partir do dia seguinte produziram programas (às vezes conflituosos entre si) de governo, destinados sobre tudo a agasalhá-lo com uma imagem e certas ideias. A estrutura que resultou desta conjunção (de fato, mas não aleatória) foi se tornando cada vez mais profissional, centralizadora e personalista, curto-circuitando o aparelho organizacional e a mística movimentista do PT, primeiro, e deslocando as regras processuais estabelecidas para a tomada de decisões, depois, favorecendo a capacidade de sedução e de atração pessoal da figura de Lula, que galvanizou a militância dentro e fora do partido e ignorou as pautas institucionais próprias de um Estado Democrático de Direito (Singer, 2009).

Outro dos traços do projeto petista incompatível com um desenho democrático foi aquele que se identificou com o que José Murilo de Carvalho (1997, p. 229-250) tem chamado de “social-clientelismo”, mecanismo paternalista (e, chegado o caso eleitoreiro) de assistência social das massas, de aqueles que os brasileiros gostam de identificar como o “povão” (usando uma expressão ao mesmo tempo afetuosa e pejorativa). Este assistencialismo é um fenômeno de raízes históricas no Brasil, mas

viceja exuberante quando encontra instrumentos e condições políticas como as oferecidas pelo *petismo* no poder. Ainda quando pontualmente pôde produzir efeitos redutores da pobreza em regiões periféricas, teve por objeto manter essas massas constantemente a “disposição” do líder concedente, cativas de seu discurso e, mais que nada, de suas prebendas pelas que não se exigiu outra contrapartida que a presença barulhenta nos comícios e o voto incondicional o dia das eleições. Com efeito, se o *petismo* continuou falando, chegado ao poder, do “povo”, foi para propor uma visão hegemônica inspirada em um discurso que, de fato, era autoritário porque pretendia ignorar tanto “as instituições da liberdade garantidas pelo direito constitucional” de que fala Habermas (1998, p. 76), como a autonomia dos atores, negando-se a admitir que a sociedade, perpassada por interesses contraditórios podia adotar uma dialética democrática. A verdade é que o sonho de Lula e de muitos de seus colaboradores têm sido sempre o imediatismo da relação entre o “povo”, submisso e unânime, e o suposto “filho do Brasil”⁴. À definição da nação pelo contrato, o *petismo* opôs assim a comunhão litúrgica.

Por isso também acreditamos que é errôneo identificar o projeto do PT com a tradição de esquerda. Talvez seja oportuno esclarecer a esta altura de nosso trabalho que acreditamos que tem sentido e que continua sendo importante falar de “esquerda” e de “direita” no mundo atual, na América Latina e, em particular, no Brasil. Como lembra Gianfranco Pasquino (1999), situar-se à esquerda significa assumir ainda um compromisso a respeito da igualdade muito maior que aquele que têm os que se situam à direita. Significa também um interesse maior de que os governos (e os partidos que os sustentam) tenham um papel mais ativo na construção de seus objetivos. Para nós, enfim, o que tem sentido (e futuro) são os valores associados à esquerda democrática, especialmente à necessidade de inclusão e instrução para as pessoas que não têm os meios apropriados para proteger-se a si mesmas (Rojo: 2006, p. 39-55).

Finalmente, há outra característica do projeto e da ação de governo do Partido dos Trabalhadores que os distanciam dos valores da esquerda democrática e na qual gostaríamos de deter-nos: seu apego a uma forma crapulosa de governo, em particular sua propensão à corrupção. Não pretendemos fazer aqui um resumo de notícias jurídico-policiais que tiveram ampla repercussão e continuam agitando a realidade política do Brasil. Também não afirmamos que a corrupção começou quando Lula e o PT chegaram

⁴ Como o chama no seu título um custoso filme rodado para maior glória do líder, que foi lançado em 2010, o ano das eleições presidenciais que consagrariam a Dilma Rousseff.

ao governo⁵. Afirmamos, em compensação, que a corrupção neste caso foi uma consequência da forma de fazer política do *petismo* e do estilo de liderança de Luiz Inácio Lula da Silva, e não apenas o resultado de desvios de conduta de alguns funcionários. Mais ainda, pensamos que a corrupção é *funcional* para essa tendência escabrosa de conquista e exercício do poder (Rojo, 2006).

Na origem tanto da corrupção quanto do social-clientelismo do *petismo* está sua típica confusão entre o público e o privado. Daí provém a falta de tudo decoro e moral na administração dos fundos públicos, pois o zelo em sua gestão e a rendição de contas são tidos por “pruridos burgueses”, sobretudo pelos dirigentes que, em outros tempos, combateram em movimentos de orientação revolucionária⁶. Estes abnegados militantes se habituaram a colocar a “revolução social” como objetivo final de sua luta, sem conceder grande importância aos meios usados para conseguir tal fim, porque a felicidade da maioria estava em jogo. Mas quando a parúsia comunista se perdeu no horizonte do Muro caído, e unicamente subsistiu um projeto político como todos os outros, os métodos de trabalho continuaram sendo os mesmos, só que a serviço do poder do líder e sua coorte. É por isso que quando são descobertas suas negociações se tratam de desculpar alegando que o dinheiro sujo era para pagar o “Caixa Dois” da campanha eleitoral, ou que eles, finalmente, não roubaram em proveito próprio. Coisa que a investigação da Operação “Lava-jato” demonstra cada vez com mais evidência que é inexato. Pois não são poucos os dirigentes petistas (começando por Lula) que negociaram com grandes empresários milionárias propinas em exclusivo proveito pessoal.

Mas, como temos dito, a corrupção não foi apenas uma forma de enriquecimento ilícito dos operadores do PT, senão uma característica *funcional e orgânica* do regime, pois com seu produto se pôde comprar tanto os apoios faltantes no Parlamento, como as vontades de aliados conjunturais e pouco seguros. A necessidade e o conluio se aliaram aqui ao profundo desprezo dos *petistas* por tudo o que não “vem do povo” (Rojo, 2013).

⁵ O fato de que a construção da sociedade brasileira não tivesse por fundamento o indivíduo, mas as relações pessoais, explicaria em termos sociológicos certos comportamentos quotidianos, que não são de hoje e acarretam dimensões diversas de desonestidade (como o “favor”, o “jeitinho”, ou a “carteirada”), usados tanto para conseguir direitos que segundo a lei teriam que ser reconhecidos a todos, como para superar barreiras legais que pervertem as práticas quotidianas dos cidadãos e estão na origem da corrupção política institucional (Werneck Vianna: 1999, p. 173-193).

⁶ Pensamos que não é por acaso que alguns dos principais responsáveis do *mensalão*, primeiro, e do *petrolão*, depois, como José Dirceu, José Genoino ou João Vaccari Neto, entre outros que se autodefinem como “soldados do PT”, tenham sido antes abnegados militantes da luta armada contra a ditadura militar (Rojo: 2017). Alguém se esqueceu de avisar-lhes que (como diriam Jorge Semprún e Alain Resnais) “a guerra acabou”.

Esses “reacionários” podiam eventualmente formar parte da base aliada, e até fornecer dinheiro para as campanhas, mas não deviam passar disso e ser associados ao projeto político “popular” que os “históricos” do PT dizem encarnar. São apenas mercenários, “prostitutas” com quem se pode passar um bom momento, mas que como tais “não se levam para o lar”. Contudo se são necessários num momento determinado, seu caráter venal os tornará apenas cúmplices das manobras que estão na origem do dinheiro desviado. Assim, da política suja à cleptocracia⁷ mediu apenas um passo...

Não se pense, por isso, que a maior ou menor honestidade na gestão da coisa pública dependeu do grau de honradez dos agentes políticos do *petismo*. Isso pode ter colaborado, evidentemente, mas a corrupção (como sua outra cara, o social-clientelismo) foi estrutural, tratou-se da necessária consequência de certa forma de fazer política. Independeu dos homens. Os dinheiros do Estado, os fundos da campanha eleitoral, o produto dos negócios fraudulentos e o patrimônio do líder e do grupo áulico se confundem na mentalidade petista e estes últimos dispuseram assim de uns e outros quando foram governo porque o Partido, o Projeto e o Estado “eram eles” (em uma reedição da afirmação absolutista atribuída a Luis XIV)⁸.

A corrupção também é política

Mas isto não é tudo. Interessa-nos insistir numa situação que resulta capital para a leitura dos fatos antes aludidos. Com efeito, a emergência e proliferação da classe de condutas que acabamos de analisar não teria sido possível de não dar-se todo um acúmulo de precondições, resultado da qualidade muito negativa do referencial jurídico-público. A natureza da atitude evidenciada por parte dos responsáveis políticos de partidos outros que o PT diante da explosão multiforme da corrupção *petista* expressa outra modalidade, uma forma de *corrupção política* que tem também extraordinária gravidade.

Ela se manifesta com toda clareza nas reiteradas tentativas de obstrução das atividades investigativas da Operação “Lava-jato” trás o impeachment de Dilma Rousseff, durante o governo de seu vice-presidente, Michel Temer, hoje em exercício da presidência. Referimos-nos em particular à atitude de uma maioria de deputados e

⁷ Segundo Stanislav Andreski (1970, p. 62-69), a cleptocracia (do grego *kleptes*, “ladrão” e *cratos*, “poder”) é um sistema de corrupção agravado pela máfia e moderado pelo compadrio. Por “compadrio” o mesmo Andreski entende toda uma série de vínculos de família, partido e clientela que orientam “funcionalmente” a corrupção, canalizando-a no interior de um sistema.

⁸ Acaso Lula não respondeu “o vermelho sou eu” quando foi questionado pela ostensiva diminuição dessa cor na propaganda do Partido dos Trabalhadores?

senadores que coincidiram em ambas as Casas do Legislativo, a fins de novembro de 2016, para desfigurar um projeto de lei de iniciativa popular para o combate à corrupção e convertê-lo numa norma que pretendia anistiar todo ato corrupto que pudesse ser vinculado (mesmo que parcial ou indiretamente) a um fim político, revertendo a ameaça persecutória para os juízes e promotores que levavam adiante a luta contra a corrupção, enquadrando-os na figura do “abuso de autoridade” (Dallagnol, 2017). Não surpreende que entre os mais de trezentos deputados e a meia centena de senadores favoráveis a esta proposição estivesse a nata do PMDB, agora no governo, nem o “baixo clero” do *Centrão*⁹, mas foi muito preocupante identificar não poucos legisladores do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), incluído seu então presidente, o senador Aécio Neves, que poderiam ter encarnado a alternativa de centro-esquerda democrática, na hora da claudicação petista. O PSDB, que tinha nascido em 1988 como uma reação ética em face do PMDB, no qual militava boa parte de seus primeiros quadros, um dos três únicos partidos¹⁰ com expressão nacional, já tinha feito eleger presidente por dois períodos consecutivos a Fernando Henrique Cardoso e sido a alternativa ao PT nas quatro eleições presidenciais que logo este ganhou. Só tinha acompanhado de longe as manobras que levaram ao impeachment de Dilma e unicamente aderiu ao impedimento pouco antes de sua materialização, preferindo prosseguir uma ação que tinha iniciado na Justiça Eleitoral contra a chapa “Rousseff-Temer” por diversas irregularidades que os *dois candidatos* teriam cometido nas eleições em que se impuseram Quatro pastas ministeriais e numerosos cargos no segundo escalão pareceram, porém, convencer aos mais reticentes dos dirigentes *tucanos*¹¹ a subir na canoa furada de Michel Temer.

Todavia, se em novembro de 2016 certas atitudes de muitos pessedebistas graúdos puderam estranhar, a surpresa foi maiúscula quando, no mês de maio de 2017, contemporaneamente à denúncia por corrupção passiva do agora presidente, se produziu a de Aécio Neves por igual motivo, a raiz de negócios mal contados e a uma mala de dinheiro recebida do mesmo agente corruptor, o empresário bilionário Joesley Batista (Oliveira & Netto, 2017). À margem das escaramuças jurídico-processuais que

⁹ Conjunto de partidos médios e pequenos de direita e de irrelevância individual, mas que se unem para extorquir vantagens pessoais em troca de seus votos no Parlamento.

¹⁰ Junto com o Partido dos Trabalhadores (PT) e o Partido do Movimento Democrático Nacional (PMDB).

¹¹ O símbolo do PSDB é um tucano nas cores azul e amarela: por esta razão, seus membros são, eventualmente, chamados de “*tucanos*”. Quanto a origem da alcunha, um levantamento pouco rigoroso em termos metodológicos nos permitiu saber que teria sido dada a pouco de criada a força política em questão e aludiria ao fato de que seus seguidores na época teriam, como a ave mencionada, “bom bico” (falariam bem), “muito peito” (seriam atrevidos e corajosos), mas “pouca cauda” (escassos seguidores).

continuam tendo a Aécio Neves por objeto, que o tiraram e voltaram a reposicionar no Senado brasileiro, o tucano deveu licenciar-se da presidência do PSDB, permitindo que seu lugar fosse ocupado temporariamente por seu colega senador Tasso Jereissati (até o congresso partidário que deverá eleger uma nova direção a fins do ano 2017).

Acreditamos que os que acabamos de referir são dados altamente significativos da qualidade e do modo de entender o exercício do poder, tema que constitui o objeto desta reflexão. E que revela um conjunto de fenômenos que aparece intimamente ligado à ineficácia de toda uma série de mecanismos de controle constitucionalmente previstos. Entre eles, a necessidade de constituir coalizões muito grandes e heterogêneas no Parlamento, o consequente “loteamento do governo” e a fraqueza política da oposição que fizeram do sistema brasileiro um atípico caso de *presidencialismo de coalizão* (Abranches: 1988).

Num regime desta natureza o presidente é tanto o árbitro na negociação das divergências entre os partidos que compõem a coalizão como o centro para o qual convergem essas divergências. Sua autoridade pode ser muita, mas vê-se fragilizada constantemente pela ameaça de desintegração da aliança que está presente em cada exigência ou cobrança que se possa efetuar (Giusti Tavares, 1994, p. 363). Que frequentemente são muitas, porque este sistema não só torna mais agudo o apetite dos partidos, favorecendo a conformação de “feudos” partidários em determinadas repartições e empresas do Estado, graças ao loteamento do governo entre os aliados. Os “donos” destes “feudos” se sentem assim muito mais solidários com as exigências de seu próprio partido que com o governo federal do qual formam parte, que deve atender as constantes demandas de seus aliados por “liberação de verbas”¹² e por “ministérios com *caneta e orçamento*”. Quer dizer, com capacidade para tomar decisões por si sós, nomear funcionários e comprometer importantes quantias de dinheiro. Dinheiros estes que normalmente são desviados em proveito do partido ou do enriquecimento pessoal do *homem da caneta*...

¹² Esta “liberação de verbas para emendas parlamentares” é a moeda de troca habitual entre o Poder Executivo e os legisladores. Todos os anos quando se aprova o Orçamento Nacional, se contemplam nele multimilionárias quantias de dinheiro destinadas a emendas propostas por diversos deputados ao projeto de Lei orçamentária elaborado pelo Executivo, emendas que fundamentalmente contemplam obras e reivindicações das cidades e regiões que constituem a base eleitoral desses legisladores. Todavia, sua aprovação pelo Congresso não garante sua execução, pois para isso o Governo Central deverá liberar as verbas respectivas. Coisa que só se conseguirá com a intervenção do Ministro de Relações Institucionais, guardião da “reciprocidade nas prestações” que governa as relaciones aludidas. Talvez nada defina melhor esta regra que a já famosa (y viciosa) adulteração do significado da expressão de São Francisco de Assis: “é dando que se recebe”...

Conclusões

Nesta paisagem lunar a que se assemelha esse campo em ruínas que é o sistema político brasileiro, se continuamos certos de que o Partido dos Trabalhadores (pelo menos enquanto continue a serviço do projeto político-delituoso de Lula e sua quadrilha) não pode encarnar uma alternativa democrática e de esquerda viável para o Brasil, nos custa antever outra força política com reais possibilidades de encampar este projeto¹³. O PSDB (que teria sido um candidato para fazê-lo) necessitaria reunificar antes a sigla e superar a cisão que paira já sobre ela, eleger uma nova direção que se decida a abandonar o governo Temer de uma vez por todas e retornar a suas origens socialdemocratas. A partir de uma autocrítica que já começou (e difundiu pela televisão, com o beneplácito dos militantes de base e sucesso de audiência, mas com a oposição ferrenha dos cooptados por Temer) deveria comprometer-se com a clara defesa da ética e da luta contra a corrupção, cortar na própria carne e separar do partido todos quantos apareçam sequer suspeitos de atos moralmente reprováveis. Como à “mulher do César”, não deveria bastar-lhes aos *tucanos da refundação* “parecer honestos” ou não ter sido condenados: a exigência de vida pregressa impoluta deveria ser absoluta para unir-se ou continuar no partido. Ilusório? Talvez. Mas o respeito *e a prática* dos valores da esquerda democrática por quem se apresente como seu defensor deveria ser inegociável

Chegados aqui, se poderia dizer parafraseando a Goya que o sonho de um projeto de esquerda democrática, reformista e progressista e de uma sociedade mais livre e mais justa pode produzir consequências monstruosas. Esse é o fenômeno com o qual nos deparamos. As chagas que a intervenção crescente da Justiça na política e que a Operação “Lava-jato” em particular têm descoberto são o resultado de uma bem sucedida fusão de antigas e novas formas de corrupção política e econômica. A dos gestores tradicionais da economia capitalista brasileira que, trás uns breves momentos de incerteza diante da nova situação configurada pelo PT no governo, acharam bons motivos para recuperar a calma, e a de uma nova classe política ascendente, da qual um qualificado setor que se autoproclamava de esquerda (e pretendia “não ser como os outros”) pronto renunciou a sê-lo e a crer na autonomia da política, para tratar de ser

¹³ Quanto às outras pequenas formações democráticas de esquerda (trate-se da Rede de Sustentabilidade ou do Partido Popular Socialista – PPS) e sem prejuízo de honestas, simpáticas e capazes individualidades pertencentes a suas fileiras, elas carecem de opções reais de triunfo e, sobretudo, de um aparelho partidário a escala nacional, de militantes e de escuta para desempenhar outro papel que o de imprescindíveis e honestos controladores do cumprimento das promessas empenhadas por outros e da lei *tout court*.

também uma nova classe ascendente em sentido econômico. Desse modo, uma série de negociatas alimentadas pela especulação que unos anos de crescimento econômico fomentavam e que o voluntário desleixo nos controles permitia, deram por resultado aquilo que conhecemos. E caberia aventurar que ainda não conhecemos tudo...

Bibliografía

Abranches, S. H. H. de (1988), *Presidencialismo de coalizão: o dilema institucional brasileiro*. *Dados*, 31(1), p. 5-33.

Andreski, S. (1970), *Parasitism and Subversion. The Case of Latin America*. Londres: Weidenfeld & Nicolson,

Bucci, E. (2016), *A força bruta dos protestos. Das manifestações de junho de 2013 à queda de Dilma Rousseff em 2016*. São Paulo: Companhia das Letras.

Carvalho, J. M. de (1997), Mandonismo, coronelismo, clientelismo: Uma discussão conceitual. *Dados*, 40(2), p. 229-250.

Dallagnol, D. (2017), *A luta contra a corrupção*. Rio de Janeiro: Primeira Pessoa.

Guimarães, R. R. C. (2016), *Dejà vu. Diálogos possíveis entre a Operação 'Mãos Limpas' italiana e a realidade brasileira*. Simpósio Combate à Corrupção: desafios e resultados, 29 de março de 2016. Procuradoria Regional da República da 3ª. Região, <https://goo.gl/KRV0Ac>>.

Giusti Tavares, J. A. (1994), *Sistemas eleitorais nas democracias contemporâneas*, Rio de Janeiro: Relume Dumará.

Habermas, J. (1999) *Citoyenneté et identité nationale*. Em sua coletânea: *L'intégration républicaine. Essais de théorie*. Paris: Librairie Arthème Fayard, p. 67-94.

Hasselmann, J. (2016), *Sérgio Moro. A história do homem por trás da operação que mudou o Brasil*. São Paulo: Universo dos Livros.

Netto, V. (2016), *Lava Jato: O juiz Sergio Moro e os bastidores da operação que abalou o Brasil*. Rio de Janeiro, Primeira Pessoa.

Oliveira, M. & Netto, V. (2017), PGR denuncia Aécio Neves ao STF por corrupção passiva e obstrução de Justiça, *G1 O portal de notícias da Globo*, 02/06/17. <http://g1.globo.com/politica/operacao-lava-jato/noticia/pgr-denuncia-aecio-neves-ao-stf-por-corupcao-passiva-e-obstrucao-de-justica.ghtml>

Pasquino, G. (1999), *La democracia exigente*, Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica.

Ricci, R. (2010), *Lulismo. Da era dos movimentos sociais à ascensão da nova classe média brasileira*, Brasília & Rio de Janeiro: Fundação Astrojildo Pereira & Contraponto.

Rojo, R. E. (2006). A (suposta) guinada a esquerda da América Latina, Em Schüler, F. & Barcellos, M. (Ed.), *Fronteiras: arte e pensamento na época do multiculturalismo* (39-55). Porto Alegre: Editorial Sulina & Telos.

Rojo, R. E. (2013). *Lulismo, pragmatismo y después... En torno al estilo de liderazgo político en el Brasil de nuestros días*. Comunicação apresentada no XXIX Congresso da Associação Latino-americana de Sociologia (ALAS), Santiago, do Chile. Recuperada do CD-ROM editado com os trabalhos completos apresentados, notadamente com os do GT 13.

Rojo, R. E. (2017), Miroir, mon beau miroir, dis-moi qui lave plus blanc. Scandales, médias et citoyenneté au Brésil de nos jours, *French Journal for Media Research*, 7/2017. Recuperado de <http://frenchjournalformediaresearch.com/index.php?id=1046>

Scarpino, L. (2016), *Sérgio Moro. O homem, o juiz e o Brasil*. Ribeirão Preto: Novo Conceito Editora.

Singer, A. (2009), Raízes sociais e ideológicas do lulismo, *Novos Estudos CEBRAP*, 85, p. 83-102.